

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS SANTA MARIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Tatiane Alvez Guarda

**MEMÓRIAS NÃO SÃO SÓ MEMÓRIAS: RELATOS DE VIVÊNCIAS
NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA**

Santa Maria, RS
2024
Tatiane Alvez Guarda

**MEMÓRIAS NÃO SÃO SÓ MEMÓRIAS: RELATOS DE VIVÊNCIAS NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga.**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS
2024

Tatiane Alvez Guarda

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga.**

11 de Janeiro de 2024

Márcia Eliane Leindcker da Paixão
Membro 1 da banca de avaliação do trabalho (UFSM)
(Orientadora)

Graziela Escandiel De Lima
Membro 2 da banca de avaliação do trabalho (UFSM)

Santa Maria, RS
2024

Este trabalho é dedicado ao meu avô, Hervê Samuel Guarda, que aos seus 83 anos de idade enfrenta o seu algoz, o Alzheimer. Para sempre será lembrado.

Memória

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão*

*Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Memória, poema de Carlos Drummond de Andrade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por sempre me apoiar e incentivar em meu crescimento intelectual, ao meu marido, Lennon Vargas Casarin, que me acompanhou por toda essa trajetória até minha formação em pedagogia, aos poucos amigos, mas que sempre se fizeram presente, ao curso de Pedagogia Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por me possibilitar o sonho de tornar-me professora. Agradeço também a minha mãe Maria Cristina Alvez e minha avó Laides de Moura M. Guarda, por terem se tornado mães e amado incondicionalmente seus filhos. E em especial as professoras em minha família que existiram, existem, e resistem a uma sociedade que ainda não reconhece o real papel do professor: Vivaldina, Ivone, Meri T. Guarda, Alexandra e Berenice. Obrigada por me inspirarem com seus exemplos.

Infância.

Sem lei nem Rei, me vi arremessado
bem menino a um Planalto pedregoso.
Cambaleando, cego, ao Sol do Acaso,
vi o mundo rugir. Tigre maldoso.
O cantar do Sertão, Rifle apontado,
vinha malhar seu Corpo furioso.
Era o Canto demente, sufocado,
rugido nos Caminhos sem repouso.
E veio o Sonho: e foi despedaçado!
E veio o Sangue: o marco iluminado,
a luta extraviada e a minha grei!
Tudo apontava o Sol! Fiquei embaixo,
na Cadeia que estive e em que me acho,
a Sonhar e a cantar, sem lei nem Rei!
(SUASSUNA, 1970).

RESUMO

AUTORA: Tatiane ALvez Guarda
ORIENTADORA: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

O presente projeto de pesquisa se caracteriza pela produção de uma pesquisa narrativa autobiográfica pela qual se busca descrever e analisar elementos da minha própria infância e formação como pedagoga em paralelo a experiências vividas durante o processo de formação em sala de aula a partir de relatos das crianças, buscando refletir sobre a relação intersubjetiva que tais elementos desempenharam no decorrer de minha formação como pedagoga. Para isso, transcreverei memórias sobre minha infância com o objetivo de pensá-las em relação aos relatos e experiências vividas e como esse processo afetou minha formação inicial, tendo como base as leis, normas e diretrizes que norteiam a prática da educação infantil no Brasil. O intuito deste trabalho é pensar sobre as diferentes nuances intersubjetivas existentes entre a prática pedagógica e o desenvolvimento humano das infâncias envolvidas.

Palavra-chave: Narrativa. Autobiográfica. Infância. Pedagoga.

ABSTRACT

MEMORIES ARE NOT JUST MEMORIES: REPORTS OF EXPERIENCES IN THE PROCESS OF INITIAL TRAINING IN PEDAGOGY

AUTHOR: Tatiane ALvez Guarda
ADVISOR: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

This research project is characterized by the production of an autobiographical narrative research which seeks to describe and analyze elements of my own childhood and training as a pedagogue in parallel with experiences lived during the training process in the classroom based on children's reports. , seeking to reflect on the intersubjective relationship that such elements played during my training as a pedagogue. To do this, I will transcribe memories about my childhood with the aim of thinking about them in relation to the stories and experiences I lived and how this process affected my initial training, based on the laws, norms and guidelines that guide the practice of early childhood education in Brazil. The aim of this work is to think about the different intersubjective nuances that exist between pedagogical practice and the human development of the children involved.

Keywords: Narrative. Autobiographical. Infancy. Pedagogue.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
NCPI	Núcleo Ciência pela Infância
RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	BREVE HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	12
2.1	OS NOSSOS COMBINADOS.....	15
3	REFLEXÕES ACERCA DAS NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA.....	17
4	NARRATIVAS VIVENCIADAS.....	19
4.1	TATIANE: MINHA BREVE INFÂNCIA.....	19
4.2	“RIPADA”.....	21
4.3	“ÓTIMA ALUNA, MAS PRECISA DIMINUIR A CONVERSA”.....	24
4.4	“18 DE MAIO”.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	30

No processo de desenvolvimento de minha formação, ao estudar sobre os direitos e deveres em relação às infâncias, percebi a importância de políticas públicas que buscam proteger e assegurar o direito de ser criança e ao mesmo tempo acabei revivendo minha própria infância que, não muito diferente da infância de outras crianças com as quais trabalhei, foi marcada por diferentes formas de violência, as quais me permitiram que descobrisse e revivesse certos traumas da infância e adolescência durante minha profissionalização como professora que me fizeram questionar o papel do Estado no cotidiano das escolas em termos de aplicabilidade e fiscalização das políticas públicas desenvolvidas ao longo das últimas décadas com o objetivo de conferir dignidade e qualidade de vida para crianças e adolescentes, bem como seu papel na área da educação no sentido de formar, capacitar e dar suporte adequado aos professores para que desempenhem suas atividades de modo adequado.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (ECA, Art. 227, 2003).

Em algumas experiências vividas na prática da docência a partir de estágios, bolsas de formação e projetos pedagógicos que facilitaram o exercício prático da docência, novamente me deparei com narrativas de crianças que acionaram minha criança interior. Assim, revivi experiências dolorosas, as quais serão transcritas neste trabalho de forma a contribuir com a temática da vulnerabilidade a que as crianças estão expostas e que precisa ser debatida de forma profunda tanto na academia quanto na escola. As minhas experiências se cruzaram por diversas vezes com as de algumas crianças e isso me fez querer sistematizar essa experiência de forma acadêmica.

Para o desenvolvimento deste trabalho será utilizada a pesquisa narrativa com base no método (auto) biográfico. A partir dos relatos de experiências vividas por crianças de diferentes realidades e contextos com as quais trabalhei em projetos, bolsas e estágios em diferentes escolas no decorrer da graduação no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em diálogo com a minha própria experiência, serão sistematizadas as narrativas e tecerei problematizações para serem pensadas no campo da educação. Para dar seguimento à pesquisa, o maior questionamento que motivou este estudo foi o seguinte: “a escola pode ser o elo da rede de apoio de crianças que sofrem violências e promover espaços saudáveis a estas crianças?”.

Como objetivo geral deste trabalho é aprofundar o debate acerca das experiências de crianças da Educação Infantil com a violência infantil visando à construção de redes de apoio a partir da escola, acercados dos objetivos específicos que são: refletir sobre a relação intersubjetiva entre as experiências das crianças e os elementos desempenhados ao decorrer de minha formação como pedagoga; apresentar as experiências como lugar de fala e de denúncia das violências infantis e; correlacionar às leis de proteção à criança e os índices de violências que ainda crescem nos tempos atuais.

Na sequência, o capítulo 2 abordará brevemente uma análise histórica sobre como foi constituída a imagem da infância, e em seu subcapítulo 2.1 “Nossos Combinados”, encontraremos as leis e diretrizes que norteiam os direitos das crianças. Já no capítulo 3 “Reflexões Acerca das Narrativas de História de Vida”, será demonstrado a partir de autores vinculados a pesquisa narrativa a importância e a relevância do método para a formação e capacitação de profissionais. A partir do capítulo 4 serão descritas as narrativas e uma breve contextualização de minha infância. Este capítulo foi organizado em quatro subcapítulos, sendo que o primeiro relata a contextualização de como se deu minha infância, o segundo trás a narrativa do primeiro relato de memórias com as crianças, intitulado “Ripada”, o terceiro intitulado “Ótima Aluna, mas Precisa Diminuir a Conversa!”, que discorre sobre a importância da escuta sensível para com as infâncias. Sendo a última narrativa baseada nas vivências com as crianças, intitulado “18 de Maio”, onde é realizada uma referência ao dia nacional de combate a violência sexual, no qual transcrevo uma vivência que a partir da observação sobre as ações e reações que uma criança em específico demonstrava durante a rotina escolar foi percebido questões que fugiam do processo considerado normal ao desenvolvimento de socialização.

2 BREVE HISTÓRIA DA INFÂNCIA

*“Ser criança não significa ter infância”
A Invenção da Infância (2000).*

Para melhor compreender a construção da ideia que temos hoje sobre as diversas infâncias e suas subjetividades, devemos entender como a criança foi vista ao longo da história. Neste caso, Ariés (1981) em sua obra *História Social da Criança e da Família*, transita entre os séculos para esclarecer como a imagem da criança foi se transformando de “homens de tamanho reduzido” para o ser “indefeso e ingênuo”.

Segundo Ariés, antes do século XII não se tinha um entendimento de proteção, acolhimento ou até mesmo de afeto pela criança. O ser criança era mais um meio de executar

trabalhos e responsabilidades a partir dos sete anos, antes disso os vínculos considerados afetivos era ausente como modo de proteção emocional, já que o índice de mortalidade infantil era extremamente alto. Com essa ausência da ideia de afetividade, as práticas de venda de crianças eram normalizadas e com isso todo e qualquer tipo de violência.

Até por volta do século XII, à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÉS, 1981, p. 50).

A partir do século XIV, com o surgimento da imagem da “criança anjo” criada pela instituição religiosa cristã, inicia-se um movimento de santificação das crianças após a morte, mas para as que seguissem os preceitos de conduta estabelecidos pela instituição cristã em vida. “Não se permitirá a comunhão, às crianças muito pequenas e especialmente àquelas que forem travessas, levianas a algum defeito considerável” (ARIÉS, 1981, p. 154).

No período do século XVI se estabelece a primeira comunhão como uma festa da família, estreitando os laços familiares, movimento antes não registrado até o momento. A primeira comunhão iria tornar-se progressivamente a grande festa da família.

Festa religiosa da infância, e continuaria a sê-to até hoje, mesmo nos lugares em que a prática cristã não é mais observada com regularidade Hoje em dia a primeira comunhão substituiu as antigas festas folclóricas abandonadas. Talvez ela deva essa persistência, a despeito da descristianização, ao fato de ser uma festa individual da criança, celebrada na igreja, é certo, mas sobretudo na intimidade, dentro da família (ARIÉS, 1981, p. 153).

Ao decorrer das movimentações sociais influenciadas pela religião e o sistema econômico, durante o século XVII os cuidados referente às crianças tem uma preocupação em relação ao infanticídio, assim atingindo as famílias para uma elaboração mais “cuidadosa” na criação dos seus filhos, causando uma preocupação em relação à higiene e educação das crianças. Assim podemos entender que a infância surgiu a partir do século XIII, mas só foi ter um olhar mais vinculado a cuidado no século XVII, como mostra Ariés.

À descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVIII (ARIÉS, 1981, p. 65).

Historicamente percebemos como a imagem da criança e seu reconhecimento como sujeito foi ligado às movimentações religiosas. Também devemos salientar como mostra o

autor, que esses “cuidados” e “reconhecimentos” são em relação a uma classe social em específico, as elites. As crianças das classes sociais baixas eram fontes de trabalho com responsabilidades iguais aos adultos. Outro aspecto é a exclusão das meninas nesses contextos, o autor mostra que existia uma preocupação em ensinar os meninos às técnicas que possibilitassem ao trabalho, e para as meninas os trabalhos eram referentes ao lar.

A extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do XIX. Esforços como os de Mme de Maintenon e de Fénelon teriam um valor exemplar. Durante muito tempo, as meninas seriam educadas pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias (ARIÉS, 1981, p. 233).

Ao transcorrer dos séculos XVII e XVIII a mudança na configuração da família se torna visível com os aspectos das relações entre os integrantes familiares. A criança passa a assumir um papel em que se cria uma narrativa do afeto, a família passa a investir em educação e melhor qualidade de vida para essa criança. Já não é bem aceite que esta criança morra, pois agora se tem uma expectativa sobre o futuro dela. O que vem se naturalizando e se idealizando ao longo do século XX, quando a sociedade mundial começa a repensar e reorganizar medidas para a segurança da existência e de proteção para com a criança.

No Brasil podemos perceber através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, escrito por movimentos sociais ligados a pensadores sobre educação e artistas na década de 1930 referentes à expectativa de investimentos e de uma educação mais ampla para todas as classes, que se tem a primeira movimentação sobre uma educação mais igualitária e gratuita, como podemos ver abaixo:

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova almejava, como um dos pontos de partida, uma escola totalmente pública, que fosse essencialmente gratuita, mista, laica e obrigatória, em que se pudesse garantir uma educação comum para todos, colocando, assim, homens e mulheres frente a iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais, abolindo os privilégios de gênero ou mesmo de classe social. Também, inspirados nas ideias do filósofo e educador norte-americano John Dewey, o Manifesto da Educação Nova defendia o estabelecimento de uma relação intrínseca entre a escola, o trabalho e a vida, isto é, entre a teoria e a prática, em favor da reconstrução nacional. Entre os vinte e cinco signatários do Manifesto da Educação Nova figuram nomes de proeminentes educadores, cientistas e intelectuais, envolvidos com movimentos de modernização educacional e cultural do Brasil, como Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Roquette Pinto entre outros (INEP, 2023).

A partir do manifesto a educação Brasileira teve uma iniciativa de mudança e que até os dias de hoje são aspectos que se mantiveram sobre perspectiva aos fundamentos da educação. E com a Constituição de 1988, foi definido que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 205, 1988).

Assim ao analisar esses acontecimentos sobre a construção do que hoje chamamos de infância, podemos compreender que essa construção histórica se deu ao longo do tempo a partir da religião, e com as mudanças sociais no decorrer dos séculos algumas perspectivas nesta temática de humanizar a figura da criança e de proteção nos encaminhou até o momento em que estamos, onde através do exercício incessante das pesquisas na área da educação nos mostra que infância, no singular já não cabe mais para se categorizar as diversas crianças, em decorrência das múltiplas realidades que a sociedade nos impõe. Por isso o termo melhor para denominar seria infâncias, pois ser criança não é garantia de se ter infância, como podemos ver ao longo da história, esses direitos por muito tempo foram negados.

2.1 OS NOSSOS COMBINADOS

“Pego a chavinha e fecho a minha boquinha...”.
Música Educação Infantil 1 – Silêncio.

Durante as observações e intervenções em sala de aula no decorrer do processo de formação inicial, foi observado uma prática corriqueira, que intercede entre os preceitos do ensino público e do privado. Ao se falar de educação, principalmente quando falamos de práticas em sala de aula, essa intervenção que se repete em diferentes contextos, geralmente inclui as crianças “como participantes ativos” de sua construção, os famigerados “combinados”.

Os combinados, para melhor exemplificarmos, são regras geralmente de domínio corporal e comportamental, em que muitas vezes nós “profes” insistimos em afirmar que são construídos com as crianças pelas crianças para as crianças. Prática essa questionável, mas que neste trabalho será utilizado como jogo metafórico para entendermos o que os poderes públicos, movimentos sociais e sociedade como um todo definem sobre assegurar o direito de existência da criança através das leis, “os nossos combinados”.

Aproximadamente a partir da primeira metade do século XX (1901 a 1950), passam a ser tratados como “objetos” de tutela do Estado; e, por fim, na segunda metade do século XX, até os tempos atuais, passam a receber maior proteção tanto da sociedade quanto do Estado, tornando-se alvo de proteção integral e prioritária (LIMA; POLI; JOSÉ, 2017, p. 315).

A partir do cuidado, da segurança e do direito a existência das infâncias, assegurado por lei, como a Constituição Brasileira de 1988 define no Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Brasileira de 1988, art. 227).

Em 13 de julho de 1990 cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pensado em promover o que a constituição assegurava para a infância e adolescência, ampliando e amparando legalmente os direitos básicos para ambos, assim também com a instauração dos conselhos tutelares para fiscalização e atendimento de ocorrências sobre o descumprimento em relação às leis às crianças e adolescentes. Foi à primeira vez na América Latina que uma legislação foi criada para assegurar plenamente a proteção integral de crianças e adolescentes.

No âmbito educacional um dos documentos norteadores para as práticas educacionais no Brasil são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), nela podemos encontrar que “X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes” (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009). É dito nas diretrizes que um dos três princípios a serem respeitados é os políticos, dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Também podemos entender criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Sabendo que existe uma regulamentação constitucional, que prioriza os direitos das crianças, tanto em âmbito familiar quanto escolar, as estatísticas sobre violência contra as mesmas ainda são alarmantes. Este trabalho tenta através das narrativas sobre algumas experiências vividas com crianças, que em suas falas demonstraram algum tipo de violação aos seus direitos, e ao mesmo tempo cruza-se de certa forma com experiências pessoais traumáticas que exigiram um olhar mais humano frente o exercício pedagógico. Essas relações serão exploradas ao longo do próximo capítulo, para refletir como após trinta anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a violência contra crianças ainda se repetem, e se entrelaçam entre professor e as crianças.

3 REFLEXÕES ACERCA DAS NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA

“Deve ser o fio de vida que vai unindo, pedaço a pedaço, essa colcha de retalhos que é a história do mundo”.
Mario Quintana.

No início de minha formação pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Pedagogia noturno, uma professora apresentou-nos como diferente método de pesquisa a forma de Narrativa. A professora Dr^a. Márcia Paixão, que ministrava na época a disciplina Introdução a Pedagogia, disciplina essa que auxiliava-nos a adentrar ao mundo pedagógico e demonstrar diversas formas de relatar nossas práticas e vivências, acabou por influenciar a metodologia deste trabalho de conclusão de curso. Para podermos entender como se dá a escrita deste trabalho, é importante que possamos compreender a importância das narrativas como forma de produção de escrita científica.

Em contextos de pesquisas e em práticas de formação, os acordos mútuos entre sujeitos em formação bem como profissionais em acompanhamento e processos de mediação biográfica dialogam sobre o lugar da oralidade e da escrita como dispositivos que possibilitam reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade, autonomia e democracia individual e social. Garantir o respeito às narrativas, aos percursos de vida-formação e possíveis superações de formas de controle sobre o biografado e o biografado ou entre a escrita (auto)biográfica e as disposições de formação são férteis para explicitar contextos, conjunturas sociais, marcas individuais dos homens e mulheres em suas manifestações sobre a vida (SOUZA, 2014, p. 40).

Como exemplo de prática do uso das narrativas, assistimos ao filme americano “Colcha de Retalhos” de 1995, onde uma mulher jovem atravessa um período em sua vida de incertezas referente a um relacionamento e ao ser pedida em casamento tem seu momento de “confusão” e decide passar um tempo na casa de sua avó, onde ela e suas amigas senhoras estão costurando uma colcha de retalhos em que cada parte da mesma refere-se a memórias vividas por cada senhora que a costura. Na trama podemos perceber que as diversas vivências, memórias e lembranças das amigas da avó da protagonista, que escuta a cada narrativa, lhe remete a reflexão sobre a sua própria vida e seus dilemas existenciais do momento. Foi a partir dessa experiência vivida em minha formação inicial que acabou por influenciar na escolha da forma de narrativa deste trabalho. A diferença está no que se refere aos tipos de lembranças, onde trago recortes temporais de falas das crianças com quem trabalhei ao longo de minha formação em pedagogia, onde o viés está atrelado a algum tipo de violência relatado, ou demonstrado por elas, que de certa forma acionaram traumas e lembranças de minhas vivências como criança.

No que se refere a entrevista narrativa, Souza (2011a), ao tomar princípios teórico-metodológicos propostos por Jovchelovitch e Bauer (2002), tem construído, no âmbito do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia Formação e História Oral (GRAFHO), experiências de pesquisa centradas nas práticas de formação com as histórias de vida e com a abordagem (auto)biográfica tanto em relação às práticas de formação, a construção da identidade docente, quanto em relação às memórias e trajetórias pessoais e institucionais de professores em processo de formação, de memórias e histórias de vida de educadores baianos (SOUZA, 2014, p. 42).

O método de escrita a partir das narrativas está ligado ao contexto social em que cada indivíduo se insere, então quando utilizado como proposta de pesquisa devemos levar em consideração os aspectos sociais e históricos que estão atrelados ao contexto “assim, a pesquisa (auto) biográfica nasce do indivíduo, em sua inserção social, mediante modos próprios de biografização e de seus domínios social e singular” (SOUZA, 2014, p. 41). Através do referencial teórico trazido por Josso (2007), que produz sua pesquisa voltada para o uso desta forma de escrita, percebemos a relevância de cada vez mais a utilização deste método para a área de formação na educação, pois a docência se realiza em contextos em que há diversas experiências, sentidos e emoções interligados as múltiplas infâncias.

A história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação (JOSSO, 2007, p. 419).

Esse movimento de humanizar nossas experiências e entendermos que esse cruzamento entre narrativas favorece um desenvolvimento mais visível para nossa formação a partir das experiências, nos permite reviver, refletir e repensar nossas metodologias e assim exercer com mais plenitude a docência. Realizando essa prática, o movimento de quebra de alguns pensamentos que carregamos historicamente e que não cabem mais em nossos contextos modernos, como paradigmas, pré-conceitos e teorias obsoletas vinculadas a educação, ficam mais visíveis através da reflexão crítica realizada a partir das narrativas.

O trabalho de pesquisa a partir da narração das histórias de vida ou, melhor dizendo, de histórias centradas na formação, efetuado na perspectiva de evidenciar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida, os múltiplos recursos ligados às aquisições de experiência, etc., esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mudanças sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social (JOSSO, 2007, p. 414).

Através das costuras de nossas experiências e com o auxílio da linha da reflexão crítica construímos as narrativas de nossas vidas, assim ao encontrarmos variadas “colchas de retalhos” costuradas por emoções, podemos nos desconstruir e reconstruir.

4 NARRATIVAS VIVENCIADAS

4.1 TATIANE: MINHA BREVE INFÂNCIA

“Foi quando meu pai me disse filha Você é a ovelha negra da família”.
Canção de Rita Lee.

Para entendermos melhor a relação das narrativas e a correlação com as experiências das crianças, neste capítulo vou descrever, ou pelo menos tentar descrever, a infância que vivi. Tudo começou em 10 de junho de 1990, às duas horas e cinco minutos no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), no estado do Rio Grande do Sul. Minha mãe e meu pai, de certa forma não planejaram minha concepção, mas tentaram construir uma família. Após dois anos de meu nascimento chegou minha irmã mais nova. Como nesta relação havia sérios problemas sobre convivência, algumas questões do dia a dia foram desgastando a relação frágil que meus pais possuíam. Uma relação baseada apenas na "moral social" de assumir a responsabilidade da criação das filhas, mesmo que de uma forma questionável, pois ambos não planejaram a constituição desta família.

Nosso lar foi desmantelado pelas brigas e divergências que meus pais tinham. Quando eu tinha quatro anos e minha irmã um ano e meio, fomos deixadas na casa de meus avós paternos, que assumiram a responsabilidade de nos criar. Fui criada a partir do entendimento que “medo é respeito”, pois meus avós eram pessoas que não possuíam muita escolarização. Ambos apenas sabiam ler e escrever, mas mesmo assim possuíam um saber imensurável sobre a vida e em sua união haviam tido quatro filhos e mais alguns agregados, como meu primo Nicolas, o qual minha avó e meu avô criaram até os cinco anos de idade.

Lembro-me muito de minha avó falar o quanto estava cansada: “eu criei dez filhos da minha irmã, os meus quatro e agora tenho que cuidar de vocês duas”. Essa fala mostra a exaustão em que minha avó vivia, pois hoje percebo que o cuidado da casa e das crianças era tudo com ela. Apesar de toda sua história de vida, ela ainda tentava se desconstruir e agir diferente do que havia vivido. Mas mesmo assim não foi fácil para mim, pois as cobranças eram feitas, mas carinho e atenção não eram exercidos.

Nossa realidade social era frágil, pois eles eram aposentados. Nunca passamos necessidades (materiais) e me lembro dela falando: “Vocês têm roupa, um teto e comida, o que mais vocês querem?” Essa resposta só foi encontrar anos depois através da terapia.

Em minha jornada na educação básica tive a sorte de encontrar professoras que me acolheram e inspiraram com suas práticas e atenção. Lembro-me de uma professora da primeira série, a prof^a. Lu, que com sua amorosidade me fez sentir acolhida, pois para ela beijos e abraços não eram problemas. Minha carência afetiva era registrada em todos os meus boletins escolares do ensino fundamental, nas observações constava que: “A Tatiane é uma ótima aluna, só deve diminuir as conversas paralelas.” Essas conversas paralelas, hoje com entendimento e reconhecimento sobre mim e sobre a criança que fui, estava relacionada à ausência de diálogo em casa. Com o passar dos anos e com o amadurecimento fui encontrando profissionais que me provocaram a entender o papel da família, a exemplo da professora Ana Lúcia de Ensino Religioso. Na quinta série ela abordava temas importantes em suas aulas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi a partir desta série que em vários momentos em família eu recebia o apelido de “ovelha negra”, uma referência a minha rebeldia e inquietação.

A partir da sexta série meu interesse pela disciplina de História, ministrada pela professora Lourdes, me fez desejar e sonhar em me tornar professora. Ela foi um das minhas maiores inspirações, pois em suas aulas e debates fui criando entendimento social de onde eu me encontrava. Uma das lembranças mais vivas que tenho foi depois de uma aula sobre feminismo, pois aprendi muito. A partir desses ensinamentos, passei a fazer um debate em casa sobre as tarefas domésticas, pois nas férias era comum meus primos irem passar o verão conosco e, depois das refeições, eu ser designada a limpar e organizar as coisas. Lembro-me de questionar: “Se todos comem, porque só eu tenho que limpar?”.

Outra figura importantíssima na minha jornada do Ensino Fundamental foi à professora de Língua Portuguesa, Ivete, que era também vice-diretora e era minha vizinha. Suas falas me impulsionavam a querer estudar, pois ela sempre me alertava do quão importante era ter uma formação. Também me lembro dela com seu “corsinha prateado” (carro) em dias de chuva, cheio de crianças da vizinhança, pois ela fazia questão de dar carona para que ninguém perdesse o dia de aula. Além de sempre me escutar, ela participou ativamente com seu exemplo na construção do ser professora que eu queria me tornar.

No fim da oitava série era tradição da escola estadual em que eu estudava a realização de uma viagem aonde todas as três turmas da oitava série iriam para um parque de diversões. Como falei anteriormente, nossa situação financeira não era favorável e, sabendo disso, a Secretária da escola, Geltrudes, conversou com minha avó sobre a viagem. Ela pagou para que

eu pudesse ter a mesma experiência que as outras crianças. Até hoje tenho uma relação próxima a ela, sou muito grata pelo carinho e atenção que ela sempre demonstrou por mim.

Neste capítulo, falei um pouco de minha história familiar e escolar. Enfatizei a presença de profissionais da educação e sua importância em meu desenvolvimento como ser social e humano. No próximo capítulo, apresento alguns fatos que aconteceram com as crianças durante meu período de formação. É possível dizer que nossas histórias se cruzam e saliento a importância da escola e das professoras no desenvolvimento integral das crianças. Ao narrar às histórias das crianças percebo que as mesmas se entrelaçam com as minhas próprias experiências de vida, e o presente trabalho quer demonstrar como certos ciclos se repetem, mesmo em tempos diferentes e com pessoas diferentes. Enfatizo a figura da professora, não somente na execução de seu trabalho, mas como referência para que as crianças possam ter expectativas melhores sobre suas realidades.

4.2 “RIPADA”

*“Mesmo depois de descobrir que o mundo ficou mau,
É só não permitir que a maldade do mundo te pareça normal”.
Era uma Vez Canção, de Kell Smith.*

Segundo matéria publicada no site da BBC em 23 de Março de 2023¹, o Brasil registra 673 casos de violência contra crianças de até seis anos por dia ou 28 a cada hora, e 84% dessas agressões têm pais, padrastos, madrastas ou avós como suspeitos, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, analisados em estudo produzido pelo comitê científico do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI). Tais dados me remetem há uma vivência que tive em uma escola de matriz privada em que realizei estagio extracurricular durante as tardes entre os anos de 2017 e 2019. Nesta escola eu trabalhava com crianças de três anos, auxiliando a professora Micheli que me demonstrou na prática como era importante escutar realmente as crianças e não somente ouvir. Citarei seu nome, pois sua metodologia inspirou-me idealizar a professora que eu queria me tornar, sempre amorosa e respeitosa em suas práticas com as crianças. As crianças desta turma eram todas iniciantes na escola, então o processo de adaptação era muito intenso e com um tempo maior de duração, pois eram crianças que muitas vezes estavam vivenciando o primeiro momento de separação de seus responsáveis. Outro aspecto

¹ Reportagem disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8d5x18p4eo#:~:text=Segundo%20os%20dados%20do%20Disque.28%20casos%20a%20cada%20hora.>

importante que esta escola realizava era um direcionamento de vagas para crianças em cota social, a escola oferecia turno integral na educação infantil, com todas as refeições ofertadas por ela além de materiais pedagógicos e uniformes. Como a estrutura da escola era um pouco diferenciada, pois ela era em um prédio, o uso de elevador era necessário para todo tipo de deslocamento, desde o pátio, ao refeitório e “soninho”.

Sabemos como as tecnologias fascinam as crianças, e o elevador possuía uma variedade satisfatória de botões. Tínhamos um combinado mais sério de sempre lembrar as crianças sobre a importância de estar com um adulto no elevador, e como éramos uma turma, devíamos estar juntos com uma “profe” para usá-lo.

Não era meu primeiro contato com esta faixa etária de crianças, mas por estar já na metade do curso de pedagogia havia um embasamento um pouco mais ampliado pelo olhar pedagógico, então muitas perspectivas eram criadas na tentativa de por em prática o que aprendia durante as aulas noturnas. Minhas preocupações estavam ligadas nas minhas falas, em como trabalhar com as crianças sem me tornar autoritária ou muito rígida, já havia um entendimento melhor sobre a utilização do uso de um dialogo não violento, eu estava aprendendo a desconstruir a minha personalidade autoritária na prática cotidiana em sala de aula através das adversidades.

Já estávamos mais próximo do final do ano de 2018, e um dia uma das crianças, que aqui iremos nomeá-la por “D”, demonstrou ao longo do dia que não estava bem. Talvez pelo fato de algumas vezes a rotina nos “engolir”, naquele dia eu não havia percebido que algo não estava bem com ele. “D” era uma criança perspicaz, genuína em sua essência, com uma velocidade de raciocínio admirável. Lembro-me de um dia que ressoa até hoje em minha mente em forma de reflexão. “D” havia descumprido todos os combinados para irmos até a pracinha, então eu havia o convidado para conversar sobre nossas atitudes, foi quando em um piscar de olhos, em uma fração de segundo pela minha distração ao dar uma informação à outra colega que “D” havia entrado sozinho no elevador e apertado os botões. Desesperadamente me desatinei pelas escadas para tentar encontrar “D”, que já estava a me esperar em frente da sala de aula, onde entramos e tivemos o seguinte dialogo que descrevo:

– “D”! Meu Deus! Eu já não sei mais o que fazer com você. A profe conversa, pede por favor, lembra dos combinados e você tem essa atitude?

“D” me responde rindo:

– “Profe!” Me dá uma “ripada”. Quando eu não escuto minha mãe ela me dá uma “ripada”!

Minha resposta:

– A “profe” não quer e não pode te dar uma ripada, você pode apenas cumprir nossos combinados. Não pode entrar no elevador sem uma “profe”! Frisei seriamente para ele e segui com ele para a pracinha.

Mas fiquei com aquilo por muito tempo na cabeça, eu não podia dar uma “ripada” em uma criança, pois sabia que a violência não gera nada além de dor, pois havia vivido isso durante boa parte de minha infância, e ao longo do dia refleti sobre o que “D” havia me falado. “Quando estou assim minha mãe me dá uma ripada”, de certa forma me enxerguei em “D”. De alguma forma eu com vinte e poucos anos me vi novamente como aquela criança que apanhava muitas vezes por falta de paciência e compreensão dos meus responsáveis, o sentimento de angústia e de impotência que senti em relação ao “D” perante aquela situação que ele vivia pelo simples fato de tomar uma “ripada” quando queria apenas desvendar o mundo e o espaço que o cerca, e ser punido assim, era cruel.

O que quero relatar aqui é como a violência está naturalizada em nosso cotidiano em forma de carinho, pois existe este senso comum sobre bater é amar. Podemos perceber quando “D” me falou rindo, com naturalidade, pois era a sua realidade e eu a adulta já havia esquecido também que esse pensamento sobre educar era o mesmo que havia ocorrido em minha infância. Como havia dito anteriormente, a rotina nos engole e não percebemos como certas situações se repetem ao longo do tempo. Em 2023 faz 33 anos que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado, e “D” e eu fazemos parte dessa mesma violência disfarçada de educação que mesmo há trinta anos sendo questionada, por cientistas, teóricos, movimentos sociais, e tendo regulamentação legal sobre como é desnecessário e prejudicial para o desenvolvimento humano, ainda são realizadas quase que naturalmente em nossas relações sociais.

Associo esse relato com uma experiência vivida em minha infância, em que era meu primeiro dia de aula na primeira série, hoje segundo ano dos anos iniciais. Em que minha avó em frente a toda a turma disse para a professora:

– “Qualquer coisa que a Tatiane fizer de errado a senhora pode colocar ela de castigo!”. Até hoje sinto o constrangimento que esta situação me causou, mas além desse sentimento, reflito como esse entendimento sobre educação que foi exercido em mim afetou a adulta que me tornei, e como professora, ficou ainda mais visível que essa realidade não difere ao longo do tempo da criação de uma legislação para assegurar os direitos das crianças.

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 2023, Art. 5º).

4.3 “ÓTIMA ALUNA, MAS PRECISA DIMINUIR A CONVERSA”.

“Calice! Calice! Você me deixa louco!”.
Frase dita pelo personagem KIKO (Carlos Villagrán Eslava) na série El Chavo.

O abandono afetivo ainda é muito praticado na esfera das violências realizadas contra as crianças. Quando falamos de abandono afetivo logo remetamos a ausência física e financeira de um dos responsáveis ou até mesmo de ambos. Neste capítulo será narrado um caso de abandono afetivo em que ambos os responsáveis realizavam em relação a uma das crianças com quem trabalhei como estagiária extracurricular na rede pública de educação da cidade de Santa Maria, RS.

Nesta escola da rede pública em que trabalhava como auxiliar de turma, realizando o estágio extracurricular no turno da manhã, era meados do ano 2016, início do curso. Eu estava no terceiro semestre de pedagogia e inserida em uma turma de crianças com idades entre 2 e 3 anos. A escola era localizada em um bairro de periferia, então a realidade das crianças era de extrema fragilidade. Nesta turma havia uma criança que de certa forma me afetava emocionalmente, causando um cansaço mental exaustivo, pois durante as quatro horas em que ficávamos juntos ela não parava de falar o tempo todo. De início tentei compreender e me enganar pensando que era apenas uma fase, que sua animação em conversar sem pausas e até mesmo de perder o fôlego em alguns momentos, era apenas a empolgação de ser criança, algo que ao decorrer do tempo com a turma foi se intensificando.

Certo dia, como era de costume, construímos alguns espaços na quadra da escola para que as crianças pudessem explorar, e comecei observar que quando a “B” – como irei denominá-la – chegava perto de outras crianças, a socialização não ocorria de modo satisfatório para ela, pois algumas crianças estavam intetidas com seus pares e ela não conseguia se inserir. Como observava, convidei “B” para brincar comigo, ela me levou até o espaço onde estavam as bonecas e começamos a conversar e brincar. “B” era uma menina muito comunicativa, seria àquela criança que às vezes denominamos como “matraca”. Durante o tempo em que estávamos brincando eu já sabia sobre tudo de sua mãe e pai, irmãos e alguns familiares, mas “B” dificilmente me deixava completar uma frase, momento em que entendi que “B” necessitava falar, mas também de ser ouvida. “B” me contou que só brincava na escola, pois seus pais trabalhavam o dia todo e quando ela ia para a casa de sua avó – que cuidava dela e de seus irmãos – “não podia fazer barulho porque senão a avó batia”. Por isso ela não conversava com os irmãos. Também perguntei se ela podia conversar com seus pais, e ela me falou: “quando a mãe e o pai chegam já to dormindo”.

Naquele momento eu senti um pouco de vergonha, pois de certa forma a necessidade de “B” de falar era a mesma que a Tatiane criança tinha. De certa forma calamos nossas crianças por cansaço de uma rotina exaustiva. A rotina cansativa da família de “B” consumia até o tempo que deveria ser de qualidade, “B” só podia falar na escola, por isso algumas vezes quase se afogava em palavras, eram tantas coisas para serem ditas em tão pouco tempo. Antes de parar, ouvir/escutar, eu adulta reproduzia o que me fora ensinado, não temos tempo nem paciência para ouvir/escutar as crianças, pois em algum momento isso nos foi negado. Como narrado anteriormente, meus registros nos boletins escolares no ensino fundamental sempre chegavam às mãos de meus responsáveis com a frase: “ótima aluna, mas precisa diminuir a conversa!”. Mas de onde vinham tantas “conversas”? Para onde eu poderia expressar tudo o que eu tinha para falar? Lembro-me de alguns momentos em que queria contar certas situações que havia vivido, aprendido, ou lido, e acabava recebendo uma censura: “tá, tá, já está me deixando tonta”, ou, “eu não aguento mais ouvir a tua voz”.

Assim fui construindo o silêncio dentro de mim, um silêncio que é camuflado pela necessidade de falar, tanto que escolhi ser professora, onde a maior ferramenta é a fala. “B” provocou em mim uma reflexão muito forte sobre ouvir e realmente escutar, pois nem sempre estamos dispostos. O cansaço existe e está presente em todos os âmbitos, mental, emocional e físico. Mas depois que (re) lembrei como é bom ser ouvida entendi como é fundamental esta prática em minha profissão. Uma escuta sincera em que realmente possamos ouvir o que nossas crianças nos têm a dizer às valoriza e estimula a se comunicar cada vez mais e melhor, afinal, “para onde vão os nossos silêncios quando deixamos de dizer o que sentimos?” (TEJÓN, 1932 – 2020).

4.4 18 DE MAIO

“Não tem como descrever a maldade humana que destroem as nossas crianças”.
Maldade Humana, Apollo 15.

A cada hora 3 crianças são abusadas no Brasil. Cerca de 51% tem entre 1 a 5 anos de idade. Todos os anos 500 mil crianças e adolescentes são explorados sexualmente no nosso país e há dados que sugerem que somente 7,5% dos dados cheguem a ser denunciados às autoridades, ou seja, estes números na verdade são muito maiores (MAIO LARANJA, 2023).

Em todo o Brasil no dia 18 de maio é realizada a conscientização sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, uma das formas de violência mais cometidas no Brasil e no mundo. De acordo com o último registro nacional, nos anos de 2015 a 2021 foram

registrados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, destes, 83.571 foram cometidos contra crianças e 119.377 contra adolescentes. Em 2021 o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado, com 35.196 casos. Esses dados foram coletados no site do governo através do Ministério da Saúde. O que podemos perceber com essa informação é que a violência sexual geralmente é realizada por quem deveria cuidar e amparar. A partir de tais dados, trago um relato vivenciado enquanto ainda era estagiaria na rede municipal de educação da cidade de Santa Maria, RS. Nas práticas desenvolvidas durante o período de estágio extracurricular em uma turma de crianças com idades entre 3 e 4 anos, matriculadas no turno integral, eram realizadas as rotinas de alimentação, higienização e o “soninho” na escola. Durante o momento do “soninho”, começamos a perceber que uma criança específica entrava em pânico ao perceber que iria ser convidada a dormir. Essa reação, por ser no início do ano letivo foi considerada normal por nós estagiarias que realizavam tais rotinas, pois, entendíamos que no período de adaptação era normal às crianças demonstrarem seus sentimentos referentes ao momento novo em suas vidas. Mas essa criança em especial – que aqui na narrativa irei chamar de “M” – demonstrava ao longo dos dias que queria dormir, tanto que “M” era embalado por mim no colo e quando eu percebia que já estava dormindo e me direcionava para acomodar “M” no seu colchonete, iniciavam as reações. Ele sempre acordava e, com arranhões, gritos e tapas, tentava me afastar, e logo depois um choro regado a muitas lágrimas era derramado até adormecer novamente. “M” tinha muitas dificuldades de socialização, em muitos momentos demonstrava agressividade e quase sempre brincava sozinho. Assim prosseguiram os dias até um momento em que decidimos comunicar a gestão da escola sobre a reação de “M” referente à hora do “soninho” e seu processo de socialização, e que mesmo sendo trabalhado nos planejamentos ainda apresentava resistência às interações. “M” se esquivava sempre das demonstrações de afeto, era muito difícil ele pedir um “colinho” e quando ofertado recusava, sem falar em sua comunicação que era apenas o essencial, como “sim” ou “não”.

Percebíamos que algo poderia ser trabalhado com a família, então a direção da escola convidou a mãe de “M” para uma conversa, a fim de entender um pouco mais a rotina de “M” em casa, para que pudéssemos traçar brincadeiras que despertassem o interesse dele. O que não era esperado na reunião foi à informação que a mãe de “M” nos trouxe. “M” havia sido violentado durante os seus primeiros 2 anos de vida pelo seu pai, enquanto era realizada a hora do “soninho” em casa. O depoimento da mãe de “M” foi impactante, pois, ela trabalhava naquele período e quem ficava com “M” era o pai. Ela não imaginava que isso ocorria até o dia em que teve que voltar para casa e presenciou o crime. “M” já estava com quase quatro anos, e

em sua curta história de vida já havia sofrido tanto, sendo que seu carrasco era quem pressupomos que deveria amar e cuidar. Foi um dos dias mais tristes de minha vida na área da educação, perceber que a violência é realizada por quem confiamos, depositamos confiança em quem acaba por nos ferir. A escola e a mãe trabalharam juntos para oferecer condições psicológicas para “M”, a mãe também já havia realizado a denúncia e se separado do pai de “M” quando a violência foi descoberta. Esta narrativa em especial se entrelaça com uma vivência que a Tatiane de 12 anos de idade sofreu, a diferença foi à intensidade de como isso ocorreu. A Tatiane, que era apenas uma pré-adolescente, ao ser violentada não possuía entendimento de que o ocorrido não era sua culpa, assim se culpava. Mesmo podendo gritar, não conseguiu o fazer, mesmo podendo denunciar a polícia foi instruída a esquecer, e vinte e um (21) anos depois ainda colhe os frutos deste trauma. Ao cursar pedagogia eu internalizei teorias, métodos e práticas pedagógicas voltadas aos cuidados para com as infâncias, pois, ao analisar as repetições trágicas que detalho neste trabalho percebo o quão interligado essas vivências estão. Cada emoção e cada dor foram compreendidas, pois, foi vivenciada por mim. Não cabem aqui comparações, e sim um questionamento sobre o porquê essas práticas de violência ainda se repetem mesmo após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. São reflexões que trago ao analisarmos as narrativas das vivências com as crianças e o cruzamento com minhas próprias experiências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebendo uma relação a partir das vivências realizadas nas escolas junto a minha formação inicial em pedagogia, pode-se perceber que as experiências vividas por educadores e crianças se conectam intersubjetivamente. E como essa conexão influencia o processo de formação e aperfeiçoamento do profissional de educação. Às três vivências narradas neste trabalho representam uma pequena amostra dos casos vinculados à violência infantil que ainda são praticados pelos nossos responsáveis, muitas vezes mascarada como “cuidados”, mas que afetam profundamente o desenvolvimento social e humano das crianças, onde não são respeitadas as diversas realidades e contextos sociais. De alguma forma, através das narrativas, as crianças acionaram vivências que antes não eram trabalhadas de forma crítica por mim. Entendemos que independente do tempo ou classe social, ainda sim são as infâncias que sofrem com violências de diferentes formas, o processo de

narrativa auxilia minha reflexão sobre como esses acontecimentos influenciaram o desenvolvimento de um olhar mais humanizado e desapegado a juízos de valores que inconscientemente carreguei por muito tempo. Apesar de a história tentar nos explicar o contexto de como foi estabelecido à infância, e como paulatinamente ao longo do tempo à infância foi conquistando o seu lugar, até se ter um pensamento de efetivação para assegurar o direito e a criação de leis e estatutos que norteiam os cuidados referentes às mesmas. Acredito que ainda há um longo caminho com muitos obstáculos para uma real efetivação sobre a compreensão social referente a como cuidamos e amparamos nossas crianças, e o quão impactante esse movimento se dá para a mudança efetiva de consciência social. Por isso, acredita-se que é de suma importância que diferentes áreas do conhecimento andem de forma concomitante junto às escolas, para justamente amparar e auxiliar as crianças nesse processo de entendimento sobre suas realidades e assim entender, questionar e auxiliar no processo de entendimento próprio para que o movimento de mudança ocorra.

Durante minha trajetória em pedagogia, pude realizar uma observação sobre a necessidade de um movimento interdisciplinar entre as áreas de saúde, psicologia e assistência social junto ao curso de formação em pedagogia, para que a formação de profissionais da educação permita que, ao se depararem com situações como as citadas neste trabalho, consigam realizar o manejo necessário para acolher, compreender, escutar e amparar essas crianças de forma que mais danos não sejam causados. Construindo minha colcha de retalhos, ao realizar este trabalho revivi o melhor e o pior de minha infância, e mesmo possuindo uma rede de apoio ampla ainda sim as marcas de como fui criada e como foi vivida essa infância, se fazem presentes em minha vida adulta. Apesar dos mais de 30 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o principal regulamentador dos direitos e dos deveres das crianças no Brasil, é perceptível a repetição de ações violentas realizadas contra as infâncias. Talvez seja pelo falso entendimento de uma sociedade tradicional, onde as crianças ainda são subjulgadas e acabam sendo denominadas como folhas em branco, que nós os adultos acabamos reproduzindo o senso comum “CRANÇA NÃO TEM QUE QUERER!”. E assim se perpetua a manutenção deste ciclo de violência.

Como futura professora, asseguro aqui meu comprometimento em respeitar, acolher e auxiliar as crianças em suas subjetividades de forma a contribuir no processo de escolarização e humanização, para que tais paradigmas que ainda persistem em nossa sociedade possam ser repensados e modificados ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: mai. 2023.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. Ministério Público do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: mai. 2023.

JOSSO, MARIE CRHISTINE. A Transformação de Si a Partir da Narração de Histórias de Vida. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

JOSSO, MARIE CRHISTINE. História de Vida e Projeto: A História de Vida como Projeto e as “Histórias de Vida” a Serviço de Projetos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1999.

LIMA, R. M.; POLI, L. M.; JOSÉ, F. S. A Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 7, nº 2, 2017, p. 313-329.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA 1932. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>>. Acesso em: mai. 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos Cruzados Sobre Pesquisa (auto)biográfica: Análise Compreensiva-Interpretativa e Política de Sentido. Educação. Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

TEJÓN, Joaquín Salvador Lavado. Mafalda. 1932 – 2020.